

Pessoa. Uma Biografia

Tradução de Salvato Teles de Menezes
e Vasco Teles de Menezes

Índice

<i>Dramatis personae</i>	11
Prólogo	19
PARTE 1. O estrangeiro nato (1888-1905).....	37
PARTE 2. O poeta como transformador (1905-1914)	233
PARTE 3. Sonhador e civilizador (1914-1925).....	493
PARTE 4. Espiritualista e humanista (1925-1935)	751
Epílogo	1047
Mapas	1052
Árvore genealógica materna de Pessoa.....	1054
Cronologia da vida de Pessoa.....	1057
Agradecimentos	1069
Notas	1075
Fontes e referências.....	1145
Índice remissivo	1159

PRÓLOGO

QUANDO O SEMPRE ESQUIVO FERNANDO PESSOA morreu no Outono de 1935, em Lisboa, poucas pessoas em Portugal compreenderam que se tinha perdido um escritor extraordinário e ninguém teve a menor noção daquilo que o mundo iria ganhar: um dos mais valiosos e estranhos corpos de literatura produzidos no século xx. Embora Pessoa vivesse para escrever e almejasse alcançar, como poetas desde Ovídio a Walt Whitman, a imortalidade, guardou essa ambição no armário, juntamente com a maior parte do seu universo literário. Em 1934 tinha publicado apenas um livro da sua poesia portuguesa, *Mensagem*, com quarenta e quatro poemas. A obra recebeu um dúbio prémio do regime autocrático de António Salazar destinado a obras que denotassem «um elevado sentido de exaltação nacionalista», e sobressaía no currículo do poeta na altura da sua morte.

Alguns admiradores de Pessoa — outros poetas, sobretudo — ficaram perplexos com a publicação de *Mensagem*, cuja visão mística da história e do destino de Portugal parecia surgir de nenhures. Tinha publicado em revistas outros tipos muito diferentes de poemas, e mais de metade deles estava assinada por um de três alter egos, que haviam aparecido em 1914, imediatamente antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial. O primeiro a emergir foi Alberto Caeiro, um homem iletrado mas com inclinação para a filosofia que vivia numa casa simples e branca no campo, onde escrevia poemas em verso livre proclamando que as coisas devem ser vistas pelo que são, sem interpretações. Ricardo Reis, médico e classicista fervoroso, compunha odes de inspiração horaciana em que recomendava a aceitação estóica daquilo que os deuses nos dessem. Um terceiro feixe de força e sentimento assumiu a forma de Álvaro de Campos, elegante engenheiro naval que viajava pelo mundo,

se deixava encantar tão facilmente por rapazes como por mulheres, aspirava a viver até ao limite e assinava poemas desenfreados que davam vazão a sensações exaltadas mas traíam, simultaneamente, a consciência melancólica de que a vida, por mais intensamente que fosse vivida, nunca seria suficiente. Campos, o mais desassossegado dos três alter egos, não podia ser contido na secção de poesia de revistas e jornais. Em entrevistas, artigos, manifestos e cartas ao director, fazia comentários políticos e culturais com um brio cáustico e retirava especial prazer quando contrariava as opiniões logicamente expostas por Fernando Pessoa, à custa de quem se divertia por causa da «mania [...] de julgar que as coisas se provam»¹.

Apesar de ter uma personalidade assertiva, Campos reconhecia com deferência que Alberto Caeiro, o poeta sublimemente sereno da Natureza, era seu mestre. E o mesmo fazia Fernando Pessoa, que inventou o trio prodigioso, providenciando a cada um biografia, psicologia individualizada, pontos de vista políticos e religiosos e um estilo literário distintivo. Demasiado diferentes dele para serem considerados simples pseudónimos, como se apenas tivessem sido mudados os nomes, Pessoa chamou-lhes heterónimos e, numa «Tábua bibliográfica» de obras suas publicada em 1928, explicou a distinção conceptual: «A obra pseudónima é do autor em sua pessoa, salvo no nome que assina; a heterónima é do autor fora de sua pessoa, é de uma individualidade completa fabricada por ele, como seriam os dizeres de qualquer personagem de qualquer drama seu.»

Salvo os amigos escritores, poucos foram os que se deram conta da extraordinária diversidade da poesia de Pessoa publicada em português, a maior parte da qual aparecera em revistas literárias com pequena tiragem. E nem sequer os amigos, com uma ou duas excepções, tinham lido as plaquetas com poesia escrita em inglês. Pessoa, que nascera em Lisboa, em 1888, mas que passara nove anos da sua infância e recebera grande parte da sua formação escolar na cidade sul-africana de Durban, governada pelos britânicos, tinha no início a aspiração de ser um poeta inglês, e os seus *35 Sonnets e Antinous — A Poem*, ambos publicados em 1918, obtiveram uma recensão favorável no *Times Literary Supplement*. O crítico deixava, contudo, o aviso de que a maioria dos leitores ingleses consideraria deplorável o tema de «Antinous», no qual o imperador Adriano recorda afectuosamente o amor sensual do seu jovem companheiro que se afogara no Nilo. O aviso era desnecessário, uma vez que

nenhuma dessas plaquetes foi distribuída no Reino Unido e ambas foram ignoradas em Portugal, país cuja elite cultural tinha o francês e não o inglês como segunda língua.

Pessoa foi também um autor ocasional de crítica literária e de artigos de opinião sobre questões políticas e sociais. Um número razoável de pessoas, na altura da morte dele, nunca tinha lido nem sequer um dos seus poemas, mas conhecia muito bem o nome dele, porque tinha causado alguma agitação quando publicara um artigo de primeira página corajoso em que se opunha a um projecto de lei que ilegalizava a maçonaria e que a Assembleia-fantoches de Salazar aprovaria por unanimidade. E no entanto Pessoa, precisamente um mês antes de publicar o artigo, tinha recebido um prémio patrocinado pelo Governo devido ao seu livro de poemas «nacionalistas». De que lado estava ele? Ninguém parecia saber ao certo.

Mesmo entre os amigos, que habitualmente encontrava nos cafés lisboetas, Pessoa, um solteirão declarado, era um mistério. Adorava falar sobre literatura, filosofia, política e religião, mas em matéria da vida pessoal não era expansivo. Raramente convidava alguém para casa, onde, segundo se dizia, teria uma arca cheia de centenas — se não milhares — de poemas e peças em prosa não publicados.



A ARCA EXISTIA MESMO e, cerca de dez anos após a morte de Pessoa, mais de trezentos poemas que continha foram tornados públicos numa bela edição da sua poesia, com volumes separados para Alberto Caeiro, Ricardo Reis, Álvaro de Campos e o próprio Fernando Pessoa. Uma vez que cada um dos três heterónimos ostentava um vasto e requintado corpo de trabalhos estilisticamente diverso da poesia dos seus colegas e do próprio Pessoa, é possível dizer que os quatro maiores poetas portugueses do século xx foram Fernando Pessoa. Mas, apesar de algumas pessoas se terem sentido devidamente impressionadas pelo feito poético da autodivisão, ou automultiplicação, de Pessoa, a sua obra continuava a não ser muito lida. E o poeta superabundante era uma figura mais misteriosa do que nunca. Neste homem vulgarmente conhecido como «o Pessoa», não parecia haver pessoa nenhuma, apenas poemas e *personae*.

Uma imagem nítida do homem Pessoa acabou por se materializar em 1950, em português, com a publicação de uma biografia com setecentas páginas da autoria de João Gaspar Simões, crítico e antigo

co-editor da revista *Presença*, na qual o poeta tinha publicado vários dos seus maiores poemas, incluindo «Tabacaria» e «Autopsicografia». O empreendimento de Simões surpreendeu os leitores, pois não era ainda muito claro para a maioria deles que o poeta pudesse merecer tanta atenção. Através dessas páginas, ficaram a saber pela primeira vez da infância turbulenta de Pessoa, marcada pelas mortes do pai e do irmão mais novo, pelo segundo casamento da mãe e pelos anos passados na África do Sul; da carreira abortada de estudante em Lisboa, da tentativa frustrada de iniciar uma editora e do trabalho como freelance a delinear cartas comerciais em inglês e francês; do seu único caso amoroso, Ofélia Queiroz, secretária num dos escritórios em que trabalhou; do interesse pelas ciências ocultas e do encontro com Aleister Crowley, um mago inglês acusado na pátria de ser ministro de Satanás; da sua vida literária e dos seus amigos.

Gaspar Simões também discutia a obra literária de Pessoa, analisando-a sob uma perspectiva freudiana, e dedicou capítulos separados a cada um dos heterónimos. Apesar de admirar a poesia deles, considerava-os sintomas da relutância e da incapacidade que o autor tinha de concentrar todo o seu ser no acto de escrita. Os heterónimos, na opinião dele, eram uma espécie de subterfúgio ou artimanha. Instrumentos engenhosos para produzir alguma literatura inegavelmente sedutora, eram, em última instância, um sinal das limitações do autor. Talvez se trate de uma tese defensável, mas se os heterónimos eram uma artimanha, então a própria personalidade de Pessoa seria definida pela arte do truque. O que faltava ao poeta não era concentração, mas qualquer noção de uma personalidade unificada e coesa. Era este o «problema», de que os heterónimos eram a prova mais flagrante.

Logo depois de ter anunciado famosa e agramaticalmente «*Je est un autre*» («Eu é um outro»), o jovem Rimbaud comparou-se a um pedaço de madeira transformado pelo destino num violino.² O poeta português, que poderia ter dito «Eu somos muitos outros», descreveu-se a si próprio como uma «orquestra secreta» constituída por inúmeros instrumentos — cordas, harpas, timbales, tambores.³ A história da literatura contém alguns ténues paralelismos desta interpretação de autoria múltipla. William Butler Yeats criou Michael Robartes e Owen Aherne, um duo de «colaboradores» com personalidades contrastantes. O poeta espanhol Antonio Machado (1875-1939) também assinou alguns poemas e peças em prosa com os nomes de dois alter egos: Juan de Mairena e Abel

Martin, que era o «mestre» de Mairena. Mas nenhum escritor pode competir com Pessoa na capacidade de configurar, através dos seus heterónimos, atitudes filosóficas e poéticas radicalmente distintas que formaram um glorioso, mesmo que nem sempre harmonioso, conjunto musical.

O primeiro biógrafo de Pessoa não escavou nem profunda nem exaustivamente na famosa arca, o que é compreensível, já que para o fazer teria de dedicar à tarefa o resto da vida, e não era uma pessoa rica, tinha de ganhar o seu sustento. Alguns dos mais de vinte e cinco mil papéis deixados por Pessoa — a maioria dos quais está agora na Biblioteca Nacional de Portugal — estavam bem organizados e passados a limpo ou dactilografados, mas muitos outros eram constituídos por textos difíceis de decifrar, fragmentários e semiacabados. Pessoa era um escritor vulcânico e, quando as palavras começavam a fluir, usava todos os tipos de papel à disposição — folhas soltas, blocos de notas, papel de carta dos cafés que frequentava, páginas arrancadas de agendas ou calendários, as costas de tiras de banda desenhada e folhetos, sobrecapas, bilhetes de visita, sobrescritos e margens de manuscritos alinhavados alguns dias ou anos antes. E todos eram por ele depositados nessa grande arca de madeira: a herança que deixava ao mundo. Seriam necessárias décadas de devotado labor por parte de estudiosos e bibliotecários para que esse achado textual precioso fosse inventariado e largamente publicado, espantando-nos com as suas quantidade, qualidade e heterogeneidade. Além dos muitos poemas, peças de teatro, contos e ficção policial, Pessoa foi autor de traduções, comentários políticos, textos históricos, tratados sociológicos, estudos filosóficos, teoria linguística, teoria económica, ensaios sobre religião e sobre psicologia, auto-análises, escrita automática e centenas de cartas astrológicas.

Ainda mais surpreendentes do que os copiosos escritos exumados da arca eram as dúzias de alter egos desconhecidos que, depois de se esconderem lá durante anos, entraram no mundo como se tivessem sido despertados de um sono encantado. Alguns deles, como o astrólogo barbudo e filósofo esotérico Raphael Baldaya, estavam apenas nebulosamente definidos. Outros, como o ultra-racional Barão de Teive, cuja insistência em viver exclusivamente de acordo com a razão o levou ao suicídio, estavam dotados de complexas psicologias. Baldaya escreveu algumas páginas para panfletos e tratados de astrologia. O Barão de Teive deixou uma longa meditação diarística sobre os motivos por que tinha decidido suicidar-se. E António Mora, filósofo e apologista do